

SERVIDÃO IDEOLÓGICA E OPRESSÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CRÍTICOS SOBRE A IDEOLOGIA MODERNA NA CRIAÇÃO DE PRISÕES NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Cassiano Bezerra da Costa¹

O objetivo deste trabalho é estabelecer uma relação entre o conceito de modernidade e a criação das prisões no Brasil do Séc. XIX. Para estabelecer tal relação, usarei a concepção de ideologia exposta na teoria crítica de Horkheimer com seu materialismo interdisciplinar para analisar o processo histórico que corresponde a criação das prisões no Brasil e a ideia de modernidade.

A emergência do sistema prisional representa um marco no desenvolvimento de uma sociedade, pois, representa a ordem e a lei do Estado para aqueles que perturbam a ordem social vigente. No Brasil, baseado em um ideal moderno, fundaram-se as instituições penitenciárias, porém, ao tomar como referência esse ideal, persiste como forma de manutenção social de uma sociedade escravocrata. Assim, podemos afirmar que essa mesma ideia de modernidade possibilitou que a elite da época utilizasse meios legais para continuar explorando uma determinada classe excluída, em sua maioria formada por negros. Segundo Horkheimer (1990), a adoção de uma ideologia representa certa característica de domínio subjetivo, porque, existe alguém, uma instância ou grupo, que cria uma ideia que se difunde para outros lugares. No caso da criação das prisões, existe certa imposição ideológica vinda da Europa e América do Norte, pois, para ser moderno é preciso não olhar para a realidade material do seu país, mas adotar uma visão de mundo extrínseca, fora da realidade. Existe assim, portanto, uma subordinação ideológica que é comum de países emergentes, que foram colônias, como o Brasil.

Para tanto, apresentarei no decorrer do trabalho, como a ideologia vinda da Europa corresponde a um domínio sobre o Brasil, e como essa ideologia dominante garante a exploração das elites sobre os “excluídos”, a ideologia legítima a exploração da própria elite sobre o povo local, como da própria Europa sobre o restante do mundo.

Para tal exposição, vou utilizar a visão de Horkheimer, como ele compreende o funcionamento de uma sociedade, e para isso, cito o autor:

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC - CNPq. Pesquisa desenvolvida no campo da educação e trabalho com o tema - Atividades laborais e profissionalizantes no âmbito das penitenciárias do sistema prisional do Estado de São Paulo: O caso da Região Oeste

Para compreender o problema por que uma sociedade funciona de uma maneira determinada, porque ela é estável ou se desagrega, torna-se necessário, portanto, conhecer a respectiva constituição psíquica dos homens nos diversos grupos sociais, saber como seu caráter se formou em conexão com todas as forças culturais da época (HORKHEIMER, 1990, p.180)

Conhecer o caráter que se forma com a conexão das forças culturais, em outras palavras é conhecer a constituição psíquica dos sujeitos e sua realidade material, social e cultural, ou seja, para conhecer um indivíduo é necessário saber sua cultura, em qual tipo de sociedade ele vive e, dada tais condições materiais, qual estrutura psíquica alimenta a subjetividade desse indivíduo. Conhecer a cultura e a época é um fator importante para compreensão de um momento histórico como a criação das prisões no séc. XIX, para isso, citarei Aguirre (2009), que utiliza uma abordagem histórica sobre o fenômeno. Com Horkheimer e sua visão dialética, posso apresentar, em uma realidade histórica e material, como a ideologia é disseminada para os sujeitos, e assim, compreender esse fenômeno de servidão que perpassa a ideologia moderna.

Primeiro, o tema de cárcere e sociedade se dá pela apresentação histórica de Aguirre (2009) sobre o tipo de sociedade que organizou as penitenciárias. Criadas a partir de 1830 eram guiadas por preceitos de modernidade, sendo inspiradas no modelo estadunidense, pois como afirma Aguirre (2009, p. 32) “Ser moderno, ou ao menos oferecer a aparência de sê-lo era a aspiração quase universal das elites latino-americanas”. Esta aspiração à modernidade fazia parte de uma mudança de sociedade em curso, pois a modernização é fruto das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, e o capitalismo em ascensão, como seu novo modelo econômico, provocou a necessidade de uma mudança social, assim, o velho modelo estamental daria lugar a uma sociedade democrática. Porém, essa modernidade é uma visão de mundo do colonizador, a modernidade começa na Europa porque eles a pensaram assim, seu espraiamento para o restante do globo foi uma imposição de valores, ideológica, e, segundo Santos (2010), faz parte da dominação imposta pelo colonizador a ideologia, pois ela define o que é moderno como uma nova forma de servidão, ideológica.

A ideologia consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das idéias) (CHAUI, 2008, p.39)

Essa definição nos permite elucidar a ideia das elites da América Latina quererem ser ou parecerem modernas, pois, se a ideologia é uma forma de exploração e dominação, porque não exportar para as colônias uma nova visão de mundo? Desse modo, o capitalismo amplia seus territórios e pode sair da Europa onde estava emergindo e se espalhar para o mundo. Assim, surge uma nova forma de servidão, agora, não necessariamente racial, mas uma forma de servidão que pode ser utilizada em uma sociedade chamada de democrática, uma servidão ideológica. A respeito dessa servidão ideológica, uma visão

dialética, como a de Horkheimer, pode ajudar a compreender o tipo de controle exigido para se formar tal sociedade, sabemos que a base da educação é a família, ela é a primeira instância que vai ensinar os filhos a como se comportar em sociedade, citando Horkheimer:

Entre as circunstâncias que influenciam de modo decisivo a formação psíquica de maior parte de todos os indivíduos, tanto pelos mecanismos conscientes quanto pelos inconscientes, a família tem uma importância predominante. A família cuida, como uma das componentes educativas mais importantes, da reprodução dos caracteres humanos tal como os exige a vida social, e lhes emprestam grande parte a aptidão imprescindível para o comportamento especificamente autoritário do qual depende amplamente a sobrevivência da ordem burguesa. (HORKHEIMER, 1990, p. 214)

A reprodução da cultura começa com a família, ou seja, as mesmas mazelas sociais existentes em uma sociedade serão reproduzidas pela família, Horkheimer (1990) em teoria crítica, nos capítulos intitulados de “autoridade e família”, apresenta como a formação da família patriarcal corrobora para uma submissão, naturalização de valores através do caráter autoritário suscitado na educação familiar, citando o autor:

Para a formação do caráter autoritário é especialmente decisivo que as crianças sob a pressão do pai aprendam a não atribuir cada insucesso a suas causas sociais, mas a deter-se nas razões individuais e a hipostasiar estas, ou religiosamente como culpa, ou naturalisticamente como falta de vocação. (HORKHEIMER, 1990, p. 222)

Através da naturalização dos processos sociais é possível corroborar para um caráter que seja passivo, que acata ordens como naturais, e não como construções sociais, assim é como os valores modernos são ensinados, educa-se uma sociedade inteira com estes valores. Como somos um país em desenvolvimento, acatar o que deu certo na Europa nos propicia a modernização, no entanto na forma de submissão ideológica.

Entender a mudança de mundo que estava ocorrendo na época ajuda a compreender qual a função social da modernidade e do encarceramento, a criação das prisões e quem seriam os presos e quais estruturas sociais seriam mantidas.

Na América Latina, a maioria das colônias, em 1825, já tinha garantida a sua independência da metrópole, porém, Aguirre (2009) afirma que mesmo independentes, as ex-colônias importaram ideais republicanos, liberais, assim como estruturas racistas, autoritárias e excludentes. Desse modo, observamos a geração de um perfil específico de prisioneiros, pois a prisão seria o espaço da “anormalidade”, local onde ela deveria ser contida para um bom funcionamento social. É importante ressaltar, no entanto, que as prisões, em princípio, não tinham como função a reforma ou reeducação do prisioneiro; somente com a ideia de modernidade e o debate penal importados da Europa é que surge na América Latina a ideia da instituição penitenciária que deveria reabilitar o preso

para a sociedade, com uma responsabilidade social no cometimento do delito e, portanto, o preso poderia ser reabilitado para o convívio social. Contudo, na realidade, o sistema carcerário funcionou como manutenção de poder na época.

[...] o sistema carcerário operava como um mecanismo institucional mais pelo fato de que o desejo das elites de abraçar a “modernidade” se via acompanhado (e subvertido) por sua vontade de manter formas arcaicas de controle social, racial e laboral. (AGUIRRE, 2009, p. 47)

O sistema se organizava para a manutenção social de uma sociedade latifundiária que demandava mão de obra, e o trabalho de um preso com redução de pena é atividade laboral. Agora, podendo ser utilizada outra mão de obra, dos apenados, em uma sociedade racista, como o Brasil do Séc. XIX geraria uma perseguição de negros livres e escravos, pois, como forma de controle social sobre essas pessoas, a polícia iria prende-las como uma garantia de mão de obra, citando o autor:

[...] estatísticas de perseguição policial e detenções em áreas de produção de café e açúcar, por exemplo, refletiam a necessidade de garantir a força de trabalho e o controle social sobre as populações negras escravas e livres (AGUIRRE, 2009, p. 49)

Essa característica de manutenção social e racista é algo que marcou as sociedades latino-americanas pós-independência, visto que foram configuradas por estruturas hierárquicas excludentes, autoritárias e racistas, que com um pretexto liberal de democracia formal acabou mantendo formas opressivas de dominação e trabalho escravo. Dada tal apresentação sobre a ação das elites em manter um sistema excludente, mesmo em uma sociedade democrática, fica evidente que o caráter autoritário suplantado da educação familiar, via ideologia, causou um efeito subversivo na sociedade, que, invés de ocasionar uma mudança no novo regime democrático acabaria por manter uma estrutura desigual já existente. A mesma ideologia exportada pela Europa para a ex-colônia, a qual previa um caráter autoritário, causou no país a manutenção do sistema social, racista e desigual existente, a mesma estrutura de caráter que é suscitada pela ideologia para controle é reproduzida no Brasil por seus dirigentes. A naturalização da escravidão, por exemplo, era algo legal em uma democracia, pois a naturalização de uma ordem anterior corrompeu o novo regime democrático, corroborando não para uma mudança de sociedade, mas sim para a manutenção da mesma. Assim, podemos afirmar que a naturalização de determinados processos históricos causa a manutenção do sistema social vigente, e, por meio da educação familiar estas desigualdades perduram.

A análise proposta de como o conceito de modernidade corrobora para uma imposição de valores não naturais, mas sócias e excludentes, é uma visão material, histórica e psicológica a respeito da forma na qual a sociedade mantém certas estruturas, seja a família, o estado, os pais, a educação; desse modo, o materialismo interdisciplinar da Teoria Crítica de Horkheimer abre espaço para uma discussão mais ampla a respeito dos fenômenos sociais para se

compreender melhor o que são esses fenômenos considerados naturais ou históricos e qual uma possível solução para o mesmo.

Sobre a ideologia e a estrutura social mantida no período pós-colonial, pode-se associá-las à ideia de *colonialidade do poder* apresentada por Santos (2010), pois, a ideologia importada para as colônias serviu para dar continuidade de poder sobre os colonos, agora por meio da ideologia, o que mantém, de certa forma, uma estrutura colonial, com metrópole e colônia, porém, a grande mudança é que o controle da metrópole tornou-se ideológico, ou seja, uma nova forma de submissão que pode ser interiorizada e naturalizada pela educação familiar. Esse controle se dá devido a uma forma de utilização da educação, ela, a serviço da política, dos dirigentes burgueses, segundo Arendt

A educação se transformou num instrumento da política e a própria atividade política foi concebida como uma forma de educação. (ARENDR, 1972, p. 3)

Como apresentado por Arendt (1972), a educação se transformou em um instrumento da política, portanto, toda ideologia suplantada na educação, é uma forma de controle, uma forma de colonizar o pensamento, tendo em vista que existe uma imposição de valores que são passados por meio da educação e que não necessariamente representa o interesse dos grupos educados, a questão é que essa ideologia corrobora para uma visão de mundo que é natural, não social, o que legitima toda diferença existente.

A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar. (SANTOS, 2010, p. 31)

Para tanto, a produção das diferenças e das singularidades foi criada ideologicamente como uma forma de controle, essa “diferença” é o que legitima a exploração do outro e seu controle é uma forma de manutenção de poder daqueles que a criaram.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarisa Nunes et al. (Org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. Pg35-70

ARENDR, Hannah. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva. 1972.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2008 (coleção primeiros passos)

HORKHEIMER, Max. “Autoridade e família”. (Tradução Hilde Cohn). _____. **Teoria crítica I**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990, p.175-236.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.